

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RIVALDO DE ARAÚJO BEZERRA

**ASAS QUEBRADAS: ESTUDO DAS PRISÕES POLÍTICAS DE
CRIANÇAS DURANTE O PERÍODO DITATORIAL MILITAR
BRASILEIRO (1968 – 1976)**

**RECIFE
2019**

RIVALDO DE ARAÚJO BEZERRA

**ASAS QUEBRADAS: ESTUDO DAS PRISÕES POLÍTICAS DE CRIANÇAS
DURANTE O PERÍODO DITATORIAL MILITAR BRASILEIRO (1968 – 1976)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal Rural de Pernambuco como
requisito parcial para obtenção do título de
Graduação em Licenciatura Plena em História,
sob orientação do Prof^ª. dr^ª. Marcília Gama da
Silva.

**RECIFE
2019**

RIVALDO DE ARAUJO BEZERRA

ASAS QUEBRADAS: ESTUDO DAS PRISÕES POLÍTICAS DE CRIANÇAS DURANTE O PERÍODO DITATORIAL MILITAR BRASILEIRO (1968 – 1976)

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História.

Recife, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marcília Gama da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria Emília Vasconcelos dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Mestre Ademir Bezerra de Melo Junior
Universidade Federal da Paraíba

Agradecimentos

Antes de mais nada quero agradecer a Deus, que segundo a minha crença me permitiu e me capacitou a estar aqui neste momento, o conjunto de crenças e a fé que colaboraram para um crescimento tanto profissional como pessoal que aos poucos moldaram meu campo de visão que hoje se constitui como parte integrante do meu ser, ainda no tocante a religião gostaria de agradecer a todos os professores, amigos, e a entidade Universidade Federal Rural de Pernambuco que me possibilitaram a concluir meu curso sem atrasos respeitando meu credo e sua especificidade quanto as sextas-feiras a noite.

Gostaria de agradecer a familiares que me serviram de base e ajuda em momentos difíceis da minha caminhada acadêmica, neste sentido quero agradecer a senhora Elisabete Melo da Silva por me estender a mão de tal forma que se não fosse pela mesma eu não teria sequer chegado ao segundo período. a minha namorada, Stephany Mendes de Souza, que dedicou horas de ajuda sem o qual tal trabalho não seria completado a tempo, pelo apoio emocional e por sempre me impulsionar e acreditar em mim.

Agradeço também ao brilhante grupo a qual tive o prazer de conhecer e participar, A CORJA, grupo esse que me prestou apoio em vários momentos da minha graduação, sendo de vital importância para que formação acontecesse em tempo ideal proposto pelo programa, por isso quero saudar: Paulo Vinicius Nunes Fernandes, Anderson Linaldo, Henrique Lourenço, Isaac Beserra, Reydson Augusto e Vinícius Ferreira, pelos ótimos serviços prestados a minha pessoa.

Por ultimo gostaria de agradecer a universidade Federal Rural de Pernambuco na figura dos professores do curso de Licenciatura em História que acredito terem oferecido o que há de melhor para minha formação, destacando o professor doutor Wellington Barbosa que me serviu e serve como fulgente inspiração, e a Professora Doutora Marcília Gama que além de aceitar orientar meu projeto, entendeu a especificidade das minha dificuldades, faço uma agradecimento especial a senhora, Marcília Gama por ser sem duvida o melhor ser humano que tive o prazer de conhecer em minha caminhada acadêmica.

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------|----|
| Agradecimentos..... | 4 |
| Resumos | 6 |
| Considerações finais | 29 |
| Referências | 30 |
| Apêndice | 32 |

ASAS QUEBRADAS: ESTUDO DAS PRISÕES POLÍTICAS DE CRIANÇAS DURANTE O PERÍODO DITATORIAL MILITAR BRASILEIRO (1968 – 1976)

RESUMO

O silêncio da madrugada de 31 de março de 1964 é cortado por movimentos que iriam alterar toda a realidade brasileira. No dia 01 de abril os militares e forças civis levariam a vias de fato o plano de deposição do presidente João Goulart começando o período conhecido como período ditatorial brasileiro. Sobre a égide de defesa da nação surgira t uma complexa teia repressiva que vai imprimir pesados esforços para manter o regime a todo e qualquer custo. O uso da violência nos porões da ditadura personificou na tortura a opositores a forma mais obtusa de punir e disciplinar os corpos dos ditos subversivos, nenhum grupo de pessoas pôde escapar das garras dos órgãos de repressão, a presente comunicação tem como proposta analisar as prisões e torturas feitas a um segmento em específico, as crianças. Temos a proposta de discutir em que circunstâncias essas prisões foram efetuadas, quais motivos permitiram tais prisões, buscamos entender as consequências das práticas que estes corpos e mentes infantis sofreram dentro dos porões dos órgãos repressivos.

Palavras-chave: Ditadura, Repressão, Infância, Tortura.

Abstract

BROKEN WINGS: A STUDY ON CHILD'S POLICY PRISONS DURING THE BRAZILIAN MILITARY DITATORIAL PERIOD (1968 - 1976)

The silence of the dawn of March 31, 1964, is cut by movements that would alter the entire Brazilian reality. On April 1, the military and civilian forces would actually carry out President João Goulart's deposing plan beginning the period known as the Brazilian dictatorial period. Upon the nation's defense aegis has sprung a whole repressive web that will make heavy efforts to maintain the regime at all costs. The use of violence in the cellar of the dictatorship embodied in torture to opponents the most obtuse way of punishing and disciplining the bodies of subversive sayings, no group of people can escape the clutches of the repressive organs, this communication aims to analyze prisons and tortures made to a specific segment, the children. We propose to discuss under what circumstances these arrests were made, what motives allowed the actions that would take them imprisoned, we seek to understand what practices these infant bodies and minds suffered within the cellars of the repressive organs.

Keywords: Dictatorship, Repression, Childhood, Torture.

Do Golpe de 1964

Em 1964 o Brasil caminhava para um novo momento histórico, João Belchior Marques Goulart, o Jango, seria deposto do cargo de presidente da república após assumir depois da abdicação de Jânio quadros, que governou apenas durante 7 meses. O Brasil passava por um período de forte tensão política. Era período da guerra fria, o globo se dividia entre as duas potências que emergiram após a segunda guerra. O mundo se encontrava dividido entre o bloco capitalista e socialista, respectivamente encabeçados pelos Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS. As duas Nações brigavam pela obtenção de aliados e apoiadores, temia-se que o planeta mergulhasse outra vez nos horrores de uma grande guerra. Com a revolução cubana, a China de Mao Tse-tung e outros movimentos socialistas vencedores, o medo da ameaça comunista crescia a passos largos entre os participantes convictos do bloco capitalista aliados aos Estados Unidos.

A Doutrina Truman inaugurada no discurso de 1947¹ movimentava ainda mais a tensão da época. Países como Argentina, Chile, Bolívia e Brasil receberam atenção especial dos Estados Unidos que tinha intenção de evitar a mudança de alinhamento dos importantes países da América Latina, uma vez que Cuba já era um caso perdido. Guerras como as da Grécia e da Coreia assustavam ainda mais a todos no período. O Brasil logo ganharia sua vez no cenário da época. Depois da tentativa comunista de 1935, o fantasma da ameaça comunista parecia pairar sobre o imaginário de muitos, chegando até se tornar a desculpa legitimadora de Vargas em 1937 para instaurar sua ditadura, o estado novo, fantasma este que vai se manter no imaginário da época por muito tempo.

Jânio abandona o cargo da presidência forçado por “forças terríveis”² em 25 de agosto de 1961. Com a renúncia Jango deveria assumir a presidência, uma vez que era vice-presidente eleito, mas nesse mesmo período ele estava na China comunista em visita. Grupos opositores a posse de Jango empossam Ranieri Mazzilli que governou por 13 dias de 25 de agosto a 7 de setembro de 1961. Após forte trabalho de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na chamada campanha da legalidade, Jango vai assumir a presidência, porém em um modelo presidencialista parlamentarista. Onde além do presidente há um primeiro-ministro que nessa ocasião foi Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais.

Parte da classe militar e de alguns setores da sociedade acreditava que João Goulart era um comunista, muito graças ao seu passado ligado a sindicatos e de sua passagem pelo governo varguista além da sua visita à China. Houve muitas trocas no cargo de primeiro-ministro, depois de Tancredo tivemos Francisco de Paula Brochado da Rocha – RS do PSD, e depois Hermes Lima – BA pelo PTB intensificando o tenso clima político. Jango alcança importante vitória ao conseguir antecipar o plebiscito de

¹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Discurso proferido na sessão de 05 de setembro de 1947**. Brasília: Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 1947. 5471 p.

² ANDRADE, Auro Moura. Em sessão do Congresso Nacional, anuncia renúncia de Jânio Quadros. In: **Grandes momentos do parlamento brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998. v. 1, CD 2 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70497> acessado em: 11/11/19 às 23:42. Em formato de áudio pelo site do Senado.

1965 para 1963 onde a maioria expressas da população brasileira³ escolhe pela volta do presidencialismo dando a Jango maiores poderes políticos que o possibilitou colocar em movimento a chamada “reforma de base” proposta por ele.

Nas reformas de base, incluíam-se as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional. Pretendia-se também estender o direito de voto para os analfabetos e para os militares de baixa patente. Além disso uma maior intervenção do estado na vida econômica e controle dos investimentos estrangeiros no país. Parte da sociedade não vai estar satisfeita com esse projeto, sobretudo as classes mais abastadas ou aqueles que defendiam a entrada do capital externo principalmente americano aqui no país. Além disso pontos como a reforma agrária, que pretendia socializar a possibilidade de acesso a terra, mais a promulgação do estatuto do trabalhador dando mais alcance aos direitos trabalhistas já conquistados, assustaram os grandes produtores de terra, que veem nesse projeto não só a sombra comunista como pesados prejuízos que atrapalharia os privilégios já cristalizados dessas classes.

Em meio a todo esse contexto as tensões no estado brasileiro se asseveraram, e o terror de um golpe de estado dado pela esquerda crescia em uma parcela da sociedade. No dia 13 de março de 1964 Jango vai até o famoso comício da central do Brasil discursar sobre suas reformas e lá assinou o decreto de número 53.700 que dava movimento as intenções das reformas de bases

“Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.” (Brasil – 1964)⁴

Este era um decreto que atacava os já a muito tempo estabelecidos privilégios da classe de grandes proprietários de terra. A resposta não tardou em chegar, no dia 19 de março de 1964 ganha as ruas a marcha da família com Deus pela liberdade, que entre outras pautas tinha a da deposição de Jango, que a essa altura já era visto como um “subversivo” como Carlos Lacerda já o havia chamado. Junto a tudo isso o episódio da negação de Jango de aplicar punição aos marinheiros revoltosos do dia 28 de março, mais a presença na festa promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da polícia militar, na sede do Automóvel Clube do Brasil no dia 30 de março desse mesmo ano, vai levar as vias de fato toda a tensão política do momento.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964 as forças armadas brasileiras começaram movimentos que ganhariam tons mais dramáticos horas a frente, com a manobra que tiraria Jango do poder, se iniciou então o chamado período ditatorial

³ WESTIN. Ricardo Westin. No plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango. **Jornal do Senado**. Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango> acessado em: 11/11/19 as 23:51.

⁴ BRASIL. Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Coleção de Leis do Brasil - 1964, Página 303 Vol. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em: 12/11/2019 as 00:02.

brasileiro, que iria perdurar até o ano de 1985. Ainda no dia 1 de abril foi declarado a vacância da Presidência da República, no dia 10 do mesmo mês o ato institucional número 1, o AÍ-1, foi editado, os direitos políticos de Jango e de outros são cassados e iniciasse o período de 21 anos de ditadura no Brasil.

Do regime

O regime ditatorial brasileiro inicia-se no dia 01 de abril de 1964 (os movimentos para o golpe antecedem em um dia) e se segue até o dia 15 de março de 1985, o que totaliza algo em torno de 21 anos. Vários militares passaram pelo cargo de presidente da república, nota-se que existe certa diferença no governo de cada um deles, porém podemos dizer ainda mais das semelhanças que cada um destes governantes guarda entre si.

A promessa inicial após a tomada do poder é que logo os militares devolveriam o governo respeitando as eleições seguintes que tinham em JK, Juscelino Kubitschek, o principal nome. No dia 11 de abril de 1964 assume a presidência o primeiro governante militar desse período, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco⁵, nesse primeiro momento o regime passou por um momento de estabilização, tomará forma a complexa máquina burocrática que mais tarde os próximos governantes vão utilizar para perseguir opositores e se sustentarem no poder. Castello Branco vai promulgar 4 atos institucionais (Ai) que vão ser a base jurídica de sustentação do regime

O Ato institucional 1, AÍ-1, dava ao governo militar o poder de alterar a constituição, cassar leis legislativas, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o dito regime democrático e a probidade da administração pública. Na prática esse ato institucional dava partida a uma caça às bruxas, vários parlamentares perderam seus direitos, entre eles João Goulart.

O ato institucional número 2, definiu a eleição indireta para presidente da República, dissolveu todos os partidos políticos existentes desde 1945, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, reabriu o processo de punição aos adversários do regime e estabeleceu que o presidente poderia decretar estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso. Também poderia o presidente intervir nos estados, decretar o recesso no Congresso, demitir funcionários por incompatibilidade com o regime e baixar decretos-lei e atos complementares sobre assuntos de segurança nacional.

O ato institucional 3, vem em resposta as eleições de 65, algo inesperado aconteceu, a oposição acabou por vencer em locais importantes como o na Guanabara e Minas Gerais, então em 5 de fevereiro de 1966 o regime estabelecia que os governadores e vices seriam eleitos indiretamente por um colégio eleitoral, formado pelos deputados estaduais. Também estabeleceu que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, com aprovação das assembleias legislativas. Estabeleceu o calendário eleitoral, com a eleição presidencial em 3 de outubro e para o Congresso, em 15 de novembro. No dia 12 de outubro foram cassados, por um período de dez anos, seis

⁵ Primeiro Ditador do regime, Humberto Castello Branco natural de fortaleza nascido em 1897 e chefe do estado maior do Exército de 13 de setembro de 1963 até 14 de abril de 1964.

deputados do MDB, em 15 de novembro foram feitas as eleições legislativas, ficando a Arena com 277 assentos contra 132 do (MDB). Transformando as próximas eleições ou votações no parlamento em um jogo de cartas marcadas.

O Ato institucional 4 por sua vez convocou uma nova constituinte que deu origem a uma nova constituição em 1967, essa constituição vai trazer pontos importantes, o primeiro é que trará para o executivo mais poder, além do direito de legislar sobre segurança e orçamento, eleições indiretas, penas de morte para crimes contra a segurança nacional, além que restringia o direito de greve.

Após a saída de Castelo Branco, Artur da Costa e Silva assumiu a presidência, é neste período em que o regime vai começar a endurecer ainda mais, os primeiros anos de ditadura fizeram os partidários do regime acreditarem que não encontrariam resistência, mas passado o primeiro momento de incompreensão por parte da esquerda brasileira, movimentos de resistências começaram a figurar no cenário político. Movimentos estudantis, movimentos intelectuais e grupos decididos a pegar em armas surgiram. o regime teve dificuldades no início para lidar com toda a tensão do momento. Protestos greves e passeatas mostraram a insatisfação da população. Protestos como o que culminou na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto⁶, e a passeata dos 100 mil⁷ fez acender um sinal de alerta no regime. Em meio a toda movimentação política do período a ditadura prepara o ato institucional que vai endurecer a repressão e inaugurar um período ainda mais tenebroso do regime, o ato institucional número 5 (AI-5).

O ato institucional número 5 veio para dar contorno mais obscuros ao regime, este texto em apenas 12 artigos concedia ao Presidente da República, os poderes de cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de qualquer pessoa e o mais importante, decretar recesso do Congresso e assumir suas funções legislativas no ínterim. O AI-5 também suspendeu o Habeas Corpus para crimes políticos. Por consequência, jornais oposicionistas ao regime militar foram censurados, livros e obras entendidas subversivas pela ditadura foram retiradas de circulação e vários artistas e intelectuais precisaram se exilar fora do país.

Parte das forças armadas recebem o Ato institucional número 5 como uma carta de acesso para praticar toda e qualquer ação em nome da defesa contra os inimigos internos, a avaliação da base documental mostra que o comportamento das forças armadas no período parece encontrar nesses 12 artigos um poder legitimador como podemos ver seguinte trecho:

“Temos ordens. Agora tudo é permitido. Foi feito um decreto e tudo o que achamos suspeitos, vamos investigar. Gente suspeita, vamos prender. Vocês são professoras, seus maridos, gente de São Paulo. Vamos levar todo mundo. Resolveram que tínhamos que ir presas. Argumentamos sobre as crianças, que queriam que deixássemos para trás. Afinal, depois de muita conversa,

⁶ Nascido em Belém-PA, o jovem morava no rio de Janeiro foi morto com um tiro a queima roupa no peito durante uma invasão da polícia militar ao restaurante Calabouço.

⁷ Organizada pelo movimento estudantil em opção ao regime militar na manhã de 26 julho contando com mais de 100 mil pessoas nas ruas do Rio de Janeiro.

decidiram que eu iria só com eles. Rosa ficaria com as três crianças.”
(ALESP, 2014)⁸

O Ai-5 vai acabar com os sonhos de uma regressão a normalidade que outrora foi prometida, os agentes responsáveis pela prisão de Maria Auxiliadora e os que com ela estavam (retratado no trecho acima) se apoiaram na permissividade que pairava após o Ai-5. o regime acabara de ficar ainda mais forte e evidenciando que ainda gozava de plena saúde, o extremo oposto aconteceu com Costa Silva, doente, morre e uma junta militar assume evitando que seu vice chegue ao poder, até a chegada do próximo marechal comprometido com o regime.

Em 30 de outubro Emílio Garrastazu Médici⁹ assumiria a presidência após a abertura do congresso nacional que havia sido fechado pelo Ai-5, foram 293 votos a favor contra 75 abstenções elegendo-o. É neste período onde o regime vai se empenhar de forma mais eficaz na luta contra os ditos subversivos, toda e qualquer organização ou grupo alinhado à esquerda do aspecto político iria sofrer as repressões preparadas pelo regime. Alguns órgãos vão se destacar na luta contra os opositores, os DOPS, Departamento de Ordem Política e Social, os DOI-CODI, destacamento de operação e informação e Centro de operações de Defesa interna. Em São Paulo a OBAN, operação bandeirantes, e em Recife a DSS, Delegacia de Segurança Social.

O sistema repressivo evoluiu a ponto de não mais representarem departamentos que lutavam contra opositores, agora os mesmos formavam uma complexa rede de informações que tinham por intenção gerir conhecimentos que permitissem o enfrentamento e a destruição dos grupos opositores. Segundo a autora Marcília Gama (SILVA, 2014)¹⁰ o Dops por exemplo passou por três principais modificações a ponto de finalmente estar em consonância com a necessidade de integrar suas informações a uma teia mais complexa e de maior abrangência:

Tendo em vista o sucesso da operação conjunta das forças militares nos anos 1940, partir de 1964 a experiência vai ser reeditada, tomando por base o binômio Desenvolvimento e Segurança Nacional propagado pela Escola Superior de Guerra, cujo modelo vai exigir a ampliação do intercâmbio entre as Secretarias de Segurança Pública no país, as Forças Armadas e os organismos de informações locais e nacionais (SILVA, 2014)

além da reorganização do Dops que agora estava inserida em uma lógica maior como mostrado no trecho acima, temos o nascimento da Operação Bandeirantes em São Paulo, OBAN, a Oban vai ficar conhecida como um dos mais notórios locais de tortura de opositores do regime servindo de plano piloto para o que mais tarde seriam os Doi-Codis¹¹ tornando assim mais sofisticada todo o emaranhado burocrático que trataria as informações de forma eficiente tal que permitisse a vitória do regime contra seus opositores. Cada parte dessa rede de informações funcionava a seu próprio modo,

⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA, Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

⁹ Terceiro ditador do regime, governou entre 1969-1974, nascido em 1905 no RS, foi Chefe SNI de 17 de março de 1967 a 28 de março de 1969.

¹⁰INFORMAÇÃO, REPRESSÃO E MEMÓRIA – Marcília Gama. Pag. 114

¹¹ O Doi era responsável por ações de cunho operacional como busca e apreensões, o Codi lidava com o aparato informacional e planejamento estratégico.

existia diferença entre elas, havia disputa entre elas, por isso no presente trabalho ao analisarmos as fontes vamos perceber a presença maior de umas em detrimento de outras.

Nenhum segmento esteve livre da repressão, artistas tinham suas obras censuradas por motivos e ideologia políticas, os jornais contavam com a presença dos sensores que decidiam se dado periódico iria ou não entrar em circulação, obras cinematográficas eram proibidas de estrear, grupos políticos sofreriam a fase mais odiosa do regime, A tortura, não só homens foram torturados, mas mulheres também, não só guerrilheiros foram torturados como também apenas simpatizantes e familiares, não só adultos ou jovens, mas crianças também sofreram dentro dos porões da ditadura.

É sobre esse grupo em específico - as crianças, em que nos debruçamos em mapear e pesquisar informações que trazer informações das cenas passadas neste período, a presente comunicação se propõem a discutir o uso de violências a essas crianças, que foram taxadas como perigosas, inimigas da nação ou em outros casos até chegando a ganhar a alcunha de terroristas, aos casos de sevícias sofridas por elas sejam de cunho físico, moral ou psicológico, buscando entender qual o seu espaço dentro da lógica vigente e como os órgãos de repressão e o regime interagiram com esse grupo.

Da análise dos casos.

Antes de efetivamente adentrarmos nos casos estudados algumas considerações se fazem necessária nesse primeiro momento. Primeiro ponto é entender qual lugar o presente artigo tem por pretensão ocupar na imensa colcha de retalhos da História acerca do período. A produção sobre infância no período ditatorial brasileiro vem caminhando em direção de ganhar tons mais robustos uma vez que já temos produções sobre o direito da criança no período, temos produções que discute a educação infantil no regime e outros que buscam montar um panorama a cerca deste grupo. As pesquisas voltadas para a área da violência são mais recentes, estudos sobre a FEBEM ou outras instituições assemelhadas começam a aparecer dentro do bojo dos estudos do período, estudo específico de torturas por outro lado são ainda de menor representação no campo.

O jornalismo pareceu ter largado na frente, uma vez que nessa área, o debate acerca da prisão e tortura de crianças já existe de alguma forma, porém na história, o primeiro trabalho só data de 2015, na dissertação de mestrado “não sei e não quero dizer”: Tortura e Infância na ditadura civil-militar brasileira. A discussão nessa obra é ampla e se permite a abarcar desde casos de adolescentes, mulheres grávidas até crianças. O trabalho da mestre Luisa CARDOSO, 2015 tem tons mais gerais, além de longo recorte discutindo de forma geral e superficial tudo que tangencia o assunto montando um cenário de suma importância para o trabalho que aqui decidimos conduzir.

Ainda sobre o tema temos o trabalho datado de 2018 em formato de monografia: Filhos desta raça não devem nascer: História e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As crianças e a Tortura”. Nestes trabalhos podemos nos inteirar a respeito de uma discussão proposta pela Daize CUNHA, 2018 sobre qual o papel das mídias e do jornalismo na criação de um ideário acerca do período ditatorial e de suas

práticas, a partir da análise do documentário produzido pela tv Record “As crianças e a tortura”¹².

O presente Artigo, Asas Quebradas, apesar de tomar como valioso subsídio as obras anteriores citadas têm pretensões diferentes, uma vez que busca ser mais restrito na escolha de seus casos e período, e por consequência pretender adentrar de forma mais pontual e singular no conteúdo escolhido, mergulhando mais profundamente no que foi definido ser o tema desta comunicação, as prisões e torturas feitas a crianças no período ditatorial civil-militar sendo escolhido dezoito casos que datam de 1968 até 1976.

A análise das fontes nos mostrou que uma vez falando sobre a tortura de crianças se faz necessário explicar o porquê alguns órgãos não serão contemplados no presente trabalho. Dentre estes órgãos o juizado de menores e a FEBEM são sem dúvidas colecionadores de casos de abusos e sevícias a crianças e adolescentes no período:

“Até que nos levaram para um Juizado de Menores, em São Paulo. Tive muita má impressão porque quando chegamos lá de noite, dormiam três crianças em cada cama. E lá permanecemos durante toda a prisão, com castigos constantes.” (ALESP, 2014)

O trecho foi retirado do depoimento de Adilson Lucena¹³ a comissão estadual da verdade que foi condensado no livro infâncias roubadas organizado pela assembleia legislativa de São Paulo. Adilson como muitos outros afirma que durante o período passado no juizado sofrer com agressões era corriqueiro, Zuleide Aparecida conta que seu irmão adotivo Samuel sofreu durante todo o período torturas constantes:

“Depois, nos levaram para o Juizado de Menores. E o Samuel, que era nosso irmão de criação, foi levado para um local onde ficavam meninos infratores. Ele apanhou muito, foi torturado[...] O Samuel ficou careca porque teve o cabelo raspado, foi tratado como menor infrator, apanhou. E além de ter sofrido a agressão psicológica que todos nós sofremos, ele ainda sofreu agressão física.” (ALESP, 2014)

O garoto Samuel tinha apenas 09 anos de idade quando o trauma aconteceu, vários casos mostram situação assemelhada, o juizado de menores foi sem dúvida uma casa de horrores para várias crianças, porém por duas características principais os casos de sevícias dentro desse órgão não será apreciado no presente artigo

O primeiro ponto que retirou o juizado de menores do hall de órgãos avaliados é a natureza por qual ele foi criado, diferente do que chamarei de órgãos especializados ou policiaes especializadas (definição que darei mais a frente) o juizado de menores não foi criado com a intenção de prender e perseguir opositores políticos, as policiaes especializadas como o Dops, Doi-Codi ou mesmo a Oban ou foram criados ou reeditados buscando atender a necessidade do regime de apreender, buscar e caçar os

¹² Programa vinculado em 08/06/2013 na rede Record em seis episódios, disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLxQHdzWmsjy8Q3IXp7YcPJMMygrFW4jKZE> visto em: 12/11/2019

¹³ Adilson Lucena, nascido em 02/10/1960 preso em 1970 aos 10 anos de idade em vários lugares: delegacia de Atibaia, juizado de menores SP, Dops-SP.

ditos subversivos, que eram em essência eram aqueles quem abraçavam ideologias políticas vistas pela ditadura como perigosas para o Brasil, o Juizado não segue esta lógica, sua função primordial é a de oferecer guarita a crianças em estado de vulnerabilidade causada por qualquer desastre acontecido na vida dessas crianças. O juizado de menores apesar de conversar com outros órgãos especializados e em dados momentos até agir de forma que lembra a truculências desses departamentos, não está a priori inserido entre aqueles que lutavam contra os crimes políticos contra o regime ditatorial. levando assim a descredenciar o Juizado de menores como órgãos de repressão especializada do regime militar brasileiro.

Um outro ponto que afasta o juizado da rede que compunha todo o sistema de repressão ideológica política guiada pelo SNI, era o fato da pluralidade de caminhos que levam crianças a essa instituição. Vários motivos ou mazelas que poderiam atingir essas crianças fazem do juizado um lugar plural e não um centro de repressão ideológicas especializada do regime militar. O juizado era por excelência um espaço pensado para essas crianças, e apesar de suas práxis está completamente descolada do ideal de funcionamento capaz de conferir dignidade a estas crianças funcionando como extremo oposto de sua função, ainda sim se torna difícil ligar a por exemplo o CIE¹⁴ ao juizado uma vez que um foi criado pra perseguir opositores, enquanto o outro deveria servir como auxílio a crianças em dificuldades.

A FEBEM enfrenta problemas parecidos ao do juizado, com a diferença que ela tem desde sua criação uma lógica repressiva para aqueles que cometeriam delitos. porém neste caso é uma repressão quem não tem necessariamente relação com os crimes que mais tarde seriam definidos como contra a segurança nacional, na FEBEM qualquer delito tipificado no código penal levaria essas crianças ou adolescentes a serem privados de sua liberdade, e não apenas os crimes entendidos como políticos. Além de que na instituição não só crianças, mas também adolescentes poderiam estar lá cumprindo medidas socioeducativas, fugindo assim do objeto de estudo do presente trabalho.

Uma vez definido os órgãos que não estariam presentes na análise e explicado os motivos, passamos a definir os que serão entendidos na presente comunicação como órgãos repressivos, que ao nosso entender são formados por três categorias: Polícias especializadas, Órgãos especializados, e dependências policiais assemelhadas. As polícias especializadas ao nosso entender são aqueles órgãos criados ou reeditados a ponto de se configurar de forma que sua principal função senão única é a de perseguir e prender os entendidos como subversivos. Essas polícias estão ligadas ao SNI, elas funcionam dentro de rede de informações que buscam recolher dados a ponto de permitir as prisões e em última instância a retirada de circulação os definidos pelo regime como inimigos internos da pátria. Dentro do bojo dessas instituições estão o Dops, que mesmo sendo criado inicialmente ainda no período Vargas, no regime militar vai ser reelaborado em busca de atingir os objetivos que ao atual cenário demandava, ainda dentro dessa logicas temos a Oban, criada em São Paulo em 1969 e se predispunha a ser ferramenta especializada no combate contra as esquerdas e o fantasma

¹⁴ Centro de informações do Exército.

do comunismo, e mais à frente o Doi-codi que será onde parte importante dos casos estudados se passam.

Como órgãos especializados vamos entender os departamentos diretamente ligados as polícias especializadas e que mesmo em alguns deles tendo funções secundárias que diferem da ação principal de luta contra a esquerda, ainda matem notório trabalho de repressão política ligada ao SNI. Casos como o Pelotão de investigação criminal (PIC), ou os órgãos CIE e CENIMAR.

Por último resta as dependências policiais assemelhadas. Primeiro ponto a respeito deste conceito é que diferente dos dois anteriores ele não é um esforço nosso da criação de termos que facilitem o entendimento do presente trabalho, conceitos esses que não são novos na área, mas que são fruto de uma leitura feita de diversas obras sobre o período e aqui cristalizados e sistematizados. dependências policiais assemelhadas por outro lado é um conceito pronto, este apenas importado para a análise dos casos. Ao recorrer as fontes vários foram os casos em que as situações de torturas físicas, morais, e psicológicas aconteceram fora do espaço seja das polícias especializadas ou fora dos órgãos especializados, nesse caso era importante a acrescentar esta outra modalidade ao estudo.

A comissão especial sobre mortos e desaparecidos (CEMDP)¹⁵ discutiu exaustivamente este ponto, por fim ficou definido que:

Dependências assemelhados não é um conceito territorial, físico, referente à determinado local, mas sim um conceito jurídico-político. Mesmo em caso de guerra, sempre há regras que obrigam respeito à integridade física dos prisioneiros. Mesmo em um regime ditatorial, os agentes públicos tem o dever de guardar quem está sob a sua responsabilidade. A ditadura eliminou garantias individuais e coletivas, cassou mandatos direitos, censurou e proibiu, instituiu punições drásticas para os seus opositores, mas nunca poderia ter conferido os seus agentes policiais e militares o poder de sequestrar, torturar, matar e promover desaparecimentos forçados. (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999)

Muito debate nasceu a cerca deste ponto, mortes e desaparecimento aconteceram muitas vezes em lugares fisicamente fora dos que neste trabalho chamamos de órgãos de repressão, lugares como: Hospitais, casas de particulares ou alugadas pelo regime, localidades essas que os estudos sobre o período chamam de aparelhos, sendo a casa de Petrópolis, casa da morte, um dos mais famosos, ou até mesmo no caso da morte de Marighella¹⁶ que aconteceu em uma rua dentro de um carro.

Convencionou entender este conceito de forma prática como momentos em que a polícia tinha controle sobre dada localidade, seja pelo quantitativo de soldados, seja por incapacidade dos adversários, situações essas em que dada a superioridade e o controle policial a ação não demanda a necessidade real do emprego de força que alcance níveis capazes de ferir a integridade do preso ou até mesmo atentar contra a

¹⁵ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

¹⁶ Carlos Marighella 05/12/1911 a 04/11/1969. Dirigente da dissidência política do partido comunista brasileiro a ALN, uma das mais importantes vanguardas armadas que em seu auge chegou a contar com quase 300 quadros, assassinado em emboscada promovida pela equipe do delegado Sergio Paranhos Fleury dentro de um carro.

vida deles. No nosso estudo dos 18 casos muitas destes cenários eram perceptíveis onde as forças policiais já haviam conseguido por dominar tal recinto configurando qualquer ação subsequente a uma ação praticada em uma dependência assemelhada.

O último ponto a ser discutido antes de partimos para a análise dos casos é quanto as fontes utilizada. O regime ditatorial brasileiro sempre nos pareceu ter por intenção passar uma imagem de ser o mais democrático possível, um exemplo disso é que apesar das eleições no momento terem sido um jogo de cartas marcadas, ainda sim para a grande massa sobrava o argumento de que havia eleições, outro ponto que chama atenção é que o general Médici exige a abertura do parlamento para que ele possa ser empossado a partir de uma votação, mesmo que nesta ele não tenha recebido um voto sequer contra, constando apenas as abstenções como ato de resistência daqueles parlamentares que não estavam afinados com o regime. sobre a questão das torturas utilizadas pelo regime embora houvesse já quem denunciasse estas práticas, o regime adotou a posição de negar a existência das sevícias como também quando impossível de negar se atribuía a tais práticas como sendo apenas excessos por parte dos agentes que na gana de defender o país recorriam a estes mecanismos.

Tal interesse do governo causou a problemática de que as fontes produzidas durante o regime não tinham intenção de mostrar a existência das torturas, ao contrario todas as fontes hoje conhecidas giram em torno ou de descuido do regime ou de fontes de depoimentos dos torturados, outros registros que poderiam desabonar a narrativa do regime parecem não terem chegado a luz dos fatos até o momento, por isso pesquisar sobre torturas durante o regime é necessariamente lidar com relatos das vitimas cruzando-as com outros depoimentos e em alguns casos laudos técnicos que comprovem dadas posições. Ainda nesta lógica as prisões de crianças carregam ainda mais problemas, como será discutido mais a frente as prisões destes meninos e meninas quase que sempre tinham caráter extraoficial, o que ocasiona a falta de documentação de registro das entradas e saída destas crianças, poucas situações os órgãos de repressão se dedicaram a fichar estes garotos, quando o fez foi sempre sob caráter especial como algumas apreciações em um próximo momento irá mostrar.

Depoimentos de pais, crianças e o cruzamento de outras fontes como os processos jurídicos onde é denunciado a prisão dessas crianças é por excelência o material que permite a leitura dessa pratica feita pelos órgãos especializados no controle e repressão, além disto os depoimentos das memórias infantis trazem ainda outra dificuldade, o trabalho com este tipo de mecanismo é sempre um trabalho espinhoso e complicado, além da necessidade de cruzamento com outras fontes e percepção das repetições em outros depoimentos, trata-se quase que sempre de um jogo de quebra cabeças onde fragmentos de memórias precisam ser encaixadas uma nas outras afim de ganharem um sentido que possa construir uma narrativa, as memória passada nesses casos em que nos debruçamos a estudar, tem característica única já que se trata de uma regressão a momentos muito anteriores. onde estas pessoas ainda estavam em processo de amadurecimento cognitivo e intelectual, graças a pouca idade das vítimas muitos dos relatos carregam ou traços inverossímeis, tendo em vista que a visão de mundo de uma criança sempre atender a uma lógica muito própria, o fato de por causa da idade muito dessas memorias não foram devidamente registradas e acabaram por se perderem no limbo das lembranças da infância traumática.

Neste ponto ressaltamos a importância dos relatos das mães e pais e responsáveis com quem eles foram presos uma vez que estes mais adultos puderam conservar lembranças que permitisse a nossa análise de todas as conjunturas de fatos que envolve as prisões destas crianças.

Das Prisões

Quais circunstâncias possibilitara a prisão destes meninos e meninas? Vamos começar a responder este questionamento falando sobre o local dos quais estas crianças foram levadas. Quase que sempre as crianças estavam na companhia de pais ou responsáveis militantes quando presas, com exceção de alguns casos em que uma vez já preso a criança era liberada e mais tarde voltaria ao local de apreensão, desta vez sendo o alvo real da diligência. Na apreciação dos casos percebemos que quase sempre estas crianças não eram os alvos reais das apreensões, na maioria dos casos estas crianças estavam sobre a guarda de seus familiares perseguidos em determinada situação era levada juntamente com os presos políticos. Há, porém, situações que destoam desta lógica, como no caso do Ernestinho¹⁷ onde ele diz ter sido levado para um local incerto e depois sido buscado para novamente participar das torturas sofridas pelos pais. Temos também o caso de Adilson Lucena, onde o mesmo foi levado do Dops em diligência ao aparelho em que antes ele teria sido apreendido, sendo neste caso o alvo real da ação policial. Além também do caso de Edson e Janaina Teles¹⁸:

“Eu não sei quantas vezes nós fomos levados ao DOI-CODI, mas éramos acompanhados por uma policial, que nos levava a uma casa onde dormíamos na cozinha, num colchão no chão. E no dia seguinte éramos levados de volta ao DOI-CODI.” (ALESP, 2014)

Neste caso fica ainda mais evidente que quando útil os órgãos repressivos mantinham essas crianças em cativeiros para que mais tarde eles possam ser facilmente achados e instrumentalizados para os fins que eram de interesse do regime, nestes casos houve então crianças como alvo das apreensões, diferente dos outros casos estudados onde eles eram levados nas apreensões de seus pais ou responsáveis. Por tanto houve casos em que estes garotos e garotas eram sistematicamente alvos de diligências sendo buscados para novamente entrar nos porões da Ditadura.

É perceptível que não havia um limite para o que as forças militares poderiam fazer, como no caso do bebê de Carmen Sumi Nakasu de Souza que foi presa na estação da luz em São Paulo, demonstrando que para efetuar a prisão dos taxados como subversivos quaisquer lugar era possível. Quando junto com os pais ou responsáveis as crianças eram tidas e tratadas como um subversivo qualquer: “Acho que eram cinco homens. Eles disseram: “Vocês tiveram muita sorte de termos pegado eles na rua [estavam falando do Dimas, que tinham matado]. Se não, não íamos poupar nem as crianças”.” (ALESP, 2014, 279).

O trecho destacado consta no depoimento de Pedrina José de Carvalho à comissão estadual da verdade Rubens Paiva, onde ela conta que se não fosse pela prisão

¹⁷Ernesto Carlos Dias do Nascimento, nascido em 04/02/1968 preso pelo Dops/SP aos dois anos de idade.

¹⁸ Presos aos 4 anos Edson Luiz de Almeida Teles e sua irmã de 5 anos, Janaina de Almeida Teles além de sua mãe, Maria Amélia de Almeida Teles em 29/12/1974.

antecipada de Dimas Antônio Casemiro¹⁹ e Gilberto Farias Lima²⁰ eles (os agentes) dizem que o estouro a tiros da casa onde estava Pedrina e seus filhos teria sido ainda mais sangrento, o trecho mostra que não importa a idade das crianças, os mesmos corriam o risco constante de morte assemelhando assim bastante com o tratamento sofrido pelos pais vistos como subversivos pelo sistema.

Um caso em que podemos observar a lógica repressiva que enxergava a criança em patamar muito próximo ao dos militantes foi do garoto Edson Luiz de Almeida Teles que quando preso parece ter sido colocado no camburão errado, o garoto Edson e sua irmã foram colocados em um camburão onde havia várias armas, o que parece ter sido o carro de apoio para armamentos, neste carro ele ouve o agente dizer: “mas nos colocaram no camburão cheio de armas. “Esses filhos de comunistas vão pegar essas armas, cuidado”, disseram. E nós fomos levados para o DOI-CODI.” (ALESP, 2014).

As crianças eram vistas igualmente “perigosas” como seus pais, se esperava tudo de crianças de 4 ou 5 anos de idade, dentro da histeria anticomunista até mesmo estes que não seriam nem capazes de segurar as armas ali presentes seriam um perigo para a segurança nacional, a Janaina narra:

“De repente, vieram os policiais e nos tiraram daquele quarto. Começou uma movimentação grande, uma gritaria e fomos levados para uma C14, onde havia muitas armas no chão. Então, perguntei alguma coisa para o soldado e ele me disse “Cala a boca, comunista!”.” (ALESP, 2014, 261).

Janaina que na idade tinha apenas um ano a mais que seu irmão mostra que não havia diferença para os agentes entre militantes, subversivos, terroristas e uma criança, questão que fica muito claro no caso de Paulo Fonteles Filho onde os agentes chegaram ao extremo de buscarem uma algema para um recém-nascido:

“Uma das lembranças mais antigas que tenho sobre mim mesmo está no fato de ter nascido na prisão e de ser filho de comunistas. Minha avó, Cordolina Fonteles de Lima, contava que os agentes da repressão atrasaram minha entrega para a família, por horas, porque simplesmente não haviam encontrado algemas que dessem em meus pulsos de recém-nascido, eles deviam me achar bastante perigoso!” (ALESP, 2014, 217).

A obtusa ação dos agentes da PIC²¹ mostra o quanto os agentes tinham dificuldade de entender as diferenças e fragilidade destas crianças presas, o fantasma do inimigo interno tinha sido infundido tão profundamente nas mentes destes agentes que eles já não eram capazes de raciocinar criticamente a cerca de quem de fato poderia representar perigo ao regime instalado.

Muitos destes casos de prisões acabaram por caracterizar situações de dependências policiais assemelhadas onde as crianças e opositores políticos já começaram a sofrer desde a prisão, um bom exemplo de dependência assemelhada foi a análise que podemos fazer a partir do depoimento do Adilson Lucena, “Eu nunca tinha

¹⁹ Militante do PCdoB logo depois, Var-Palmares e por último Movimento Revolucionário Tiradentes, morto em 19 de abril de 1971.

²⁰ Também conhecido como Zorro militou em vários partidos esteve fora do país e foi morto e conta como desaparecido.

²¹ Pelotão de Investigações Criminais

visto tantos soldados em minha vida. Inclusive, no caminho que nos levava até a estrada principal, eles postaram soldados a cada dez metros.” (ALESP, 2014). Neste caso havia todo um aparato que dava total controle aos órgãos de repressão da situação. O caso de Adilson narrado por sua mãe, Damaris Oliveira Lucena, mostra a brutalidade com que eram tratados os alvos destas diligências:

“Houve coisas terríveis na minha vida: quando eu vi meu marido morto e eles com a arma em cima de mim, dizendo: “Mata ela! Mata os filhos dela!”. Outra vez quando tiraram meus filhos e disseram que iam nos matar.” (ALESP, 2014, 99).

Situações extremas se tornaram comuns ao analisar os casos: ameaças de mortes, espancamentos, maus tratos e violência viram rotina da ação dos agentes da repressão, em vários relatos era possível perceber de forma nítida imagens nas lembranças dessas crianças, como nós conta Denise Oliveira Lucena irmã e de Adilson Lucena:

“Mas foi realmente muito duro para nós sairmos daqui em 1970 da maneira que foi. Meu pai foi morto na nossa frente. Eu fiquei com muito medo. Na hora que eu saí de dentro de casa, ele estava caído no chão. Fiquei com muito medo. Foi uma situação muito difícil para nós porque a gente só tinha 9 anos.” (ALESP, 2014, 89).

“Uns achavam que deviam matar a gente ali mesmo. Outros, diziam: “Não, vamos esperar, vamos aguardar”, e ficava aquele impasse, aquela tortura em cima da gente com as armas apontadas. Talvez, pelo fato de quererem tirar informação do que estava acontecendo, naquele momento foi poupada a nossa vida.” (ALESP, 2014, 87).

O caso de Virgílio Gomes da Silva Filho²² compõe um contexto junto ao caso de Adilson e de Denise, uma vez que ele passa por situação parecida, mostrando que os casos aqui apreciados não são apenas relatos desconexos, ao perceber que há mais casos que trazem dores parecidas, em momentos e lugares diferente faz-nos aproximamos do que de uma narrativa que parece construir o que podemos chamar de verossímil

“O que eu mais lembro na época, o que mais me marcou foi o jeito que eles entraram e pegaram o Manoel Cyrillo. Jogaram-no no chão, começaram a dar chutes nele. Eram cinco ou seis em cima do Cyrillo” (ALESP, 2014, 75).

Virgílio foi preso em setembro de 1969, um ano antes de Adilson e Denise, porém seu caso carrega tanto drama quanto o dos irmãos Lucena, Virgílio vai presenciar um caso de tortura na sua frente durante a invasão, quando ele é colocado no banco do carro ele avista o seu tio, Francisco Gomes da Silva completamente ensanguentado sendo que na situação Virgílio nem sequer conseguiu notar que era seu tio. Luiz Carlos Max do Nascimento²³ e sua irmã Zuleide, e seu irmão adotivo foram presos em 1970, Luiz nos conta sobre sua prisão:

“Aí fomos para Peruíbe. E foi lá que fomos presos. A tensão maior foi quando de madrugada a polícia chegou em casa, foi em março ou abril de 1970. Estávamos eu, vó, Samuel e Zuleide. O Lavechia já não estava mais lá.

²² Virgílio Gomes da Silva Filho, filho de Virgílio Gomes da Silva e Ilda Martins da Silva, nascido em 20/11/1962.

²³ Luiz Carlos Max do Nascimento irmão de Zuleide Aparecida do Nascimento além do adotado Samuel Dias de Oliveira, Luiz e Zuleide eram Filhos de Maria do Perpétuo Socorro do Nascimento e de Sebastião Rivom do Nascimento. Crianças foram presas em 1970

Ali sim percebemos que a coisa era pesada mesmo. Vimos a brutalidade daquela invasão[...]sentimos a invasão, a polícia chegando, entrando e revirando as nossas coisas todas. Foi pesado.” (ALESP, 2014, 135).

Casos como estes além dos de Ernesto José que presenciaram tiroteios e ações violentas estão bastante presentes na documentação estudada, Amelinha Teles, mãe de Edson e Janaina conta:

“No dia 29 de dezembro de 1972, um dia após sermos presos, os policiais/agentes do Exército sequestraram também nossos dois filhos e minha irmã Crimeia, que cuidava deles naquele momento. De casa, foram levados aos berros, gritos e ameaças, sob a mira de metralhadoras até serem deixados na OBAN (DOI-CODI/SP).” (ALESP, 2014, 269).

O momento destas prisões já fora sem dúvida traumático além de servir como marco inicial de danos mentais e físicos a estes meninos, vários casos remontam situação de perigo de vida, de assassinatos, de violências e de traumas que pareciam ser apenas a primeira parte do que estava por vim.

Há casos por exemplo de crianças que uma vez nascidas em cativeiros por suas mães estarem cumprindo pena ou presas ainda em caráter provisório foram submetidas a vigilância tal que também pode ser caracterizada como dependências assemelhadas, nestes casos a prisão destas crianças aconteceram exatamente logo após o seu nascimento onde os mesmos seriam expostos a vigilância e riscos de vida:

“A imagem dos homens que foram no quarto do hospital ameaçar a minha vida, a vida de minha mãe, me passa pela mente várias vezes. Eu não estava presente, mas posso ver seus rostos, sentir seu suor, ouvir suas vozes tenebrosas. Sempre pude, sempre poderei.” (ALESP, 2014, 154).

Dois trechos do depoimento de Jessie Jane Vieira de Sousa dão ainda mais profundidade ao caso de sua filha Leta Vieira de Souza:

“Ao amanhecer chegaram vários homens que, pela janela do meu quarto, passaram a me ameaçar dizendo que iriam matar a minha filha, que era necessário realizar o que eles chamavam de operação Jacarta (em referência à matança de comunistas que a Indonésia havia realizado). Eu, encolhida na cama, tentava me comunicar com o mundo exterior. O telefone já havia sido cortado e nenhuma enfermeira atendia aos meus chamados. Nem a minha filha, que se encontrava no berçário, vinha para mamar.” (ALESP, 2014, 158).

“Na verdade, aquele pesadelo tornou a se repetir quando, também em uma madrugada, acordei para alimentar Leta e pude ouvir da guarita, no pátio do pavilhão aonde nos encontrávamos, vozes que repetiam as mesmas palavras ouvidas no hospital. No dia seguinte comuniquei ao diretor, mas, ainda hoje, não sei do que realmente se tratava.” (ALESP, 2014, 159).

O momento de nascimento da pequena Leta foi também seu momento de prisão, neste caso sua prisão inicial foi ainda o hospital, momento este marcado pelas ameaças de morte e pelo terror psicológico que foi capaz até mesmo de atingir a criança que nascerá a pouco. Podemos perceber que varias são as motivações que levava os agentes a levar estas crianças presas, desde uma simples logica extensiva onde se o pai é comunista os filhos são igualmente perigosos como também o interesse usa-las de forma que o regime possa tirar proveito, esse segundo motivo parece ter sido mais

comum, até mesmo quando estas crianças não eram os alvos iniciais das diligências os agentes das polícias e órgãos especializados parecem enxergar nestes ferramentas que mais tarde seriam úteis as forças repressivas.

Os locais que mais receberam e apreenderam crianças foram as polícias especializadas, é possível perceber a superioridade numérica do Dops, Doi-Codi e Oban em relação a outros órgãos. Dos dezoito casos estudados, quatorze foram presos em alguma polícia especializada, porém se parássemos por aqui teríamos a falsa impressão de que a ação dos órgãos especializados era quase que insipiente, essa seria uma visão equivocada, já que estas crianças muitas vezes passavam de órgãos e órgãos, montando assim uma verdadeira odisseia do horror, muitos destes estiveram no Dops, mas também estiveram em outros órgãos como no caso do André e Priscila Arantes e a garota Rita de Cássia Resende que passaram pela escola de aprendiz e marinheiro de Alagoas e por último terminaram no hospital da polícia militar no centro de Maceió. Varia entre seis a oito os casos de crianças que ou estiveram em órgãos especializados ou em condições de dependências assemelhadas mostrando que além das polícias especializadas os órgãos especializados também deram uso a prisão destas crianças. É importante também salientar que não apenas o Dops de São Paulo, que foi comandado pelo delegado Sergio Paranhos Fleury, mas também várias outras unidades estaduais participaram dessa rede que levou garotos ao cárcere, infelizmente pela dificuldade oferecida na construção deste artigo fica ainda em aberto uma análise mais profunda da singularidade das prisões feitas por cada unidade estadual, análise essa que pensamos ser possível fazer de forma mais aprofundada em outras publicações de maior folego.

Um ponto curioso que percebemos na análise documental é exatamente a ausência de documentação comum aos presos políticos da época, muitas destas crianças nem sequer tem fichas nos lugares onde elas foram presas, restando para nós o difícil trabalho de juntar informações em cada relato na tentativa de reconstruir a passagem desses meninos na malha repressiva do estado. Poucos momentos está lógica sintomática de falta de documentos é quebrada, em geral ou em denúncias feitas por pais, responsáveis ou companheiros de luta quando soltos, ou como no caso dos irmãos Arantes, eles (as crianças) aparecem nos julgamentos onde é trazido à tona a prisão destes menores:

“Durante o julgamento não se tocou em nossa presença. Todavia, o mesmo militar questionou um coronel da PM de Alagoas por que minha mãe estava presa. Ele respondeu que em Alagoas quando não encontravam o marido prendiam a mulher[...] O escrivão que já estava sensibilizado com a nossa situação disse que estávamos presos com nossos pais.” (ALESP, 2014, 23).

“André e Priscila fizeram tanta bagunça na Audiência que o juiz, irritado, mandou que se retirassem da sala os três menores. Dra. Lygia lhes comunicou: “Excelência, estas crianças são presas. Foram presas em dezembro juntamente com suas mães”. (ALESP, 2014, 25).

Foi neste caso na auditoria militar do Recife onde parece ter ido à tona, ou pelo menos consta no depoimento de Maria Auxiliadora, mãe de André e Priscila que as crianças estavam presas e já por um tempo considerável. Este sistema sêmico vai, porém, falhar no caso de três garotos e uma garota em específico. No caso do Ernesto Carlos Dias do Nascimento, Zuleide Aparecida do Nascimento, Luiz Max do

Nascimento e Samuel Dias de Oliveira. O regime parecia não ter interesse produzir documentos que provasse o uso destas crianças, por isso raramente eles eram fichados, porém neste caso em especial todo o processo nos leva a crer que o regime foi descuidado uma vez que fichou e institucionalizou a denúncia formal de que estes garotos de respectivamente dois anos, quatro anos, seis anos e nove anos, eram terroristas perigosos ao estado brasileiro, Zuleide em seu relato a comissão Rubens Paiva nos conta: “aconteceu de crianças realmente serem taxadas de terroristas, como se a gente fosse perigo para a sociedade. Crianças foram torturadas de fato, isso aconteceu no Brasil” (ALESP, 2014).

O momento a qual ela se refere está emaranhando a um conjunto de situações únicas, ou pelo menos incomuns. Após o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben no dia 11 de junho de 1970 no Rio de Janeiro, se pede a troca do diplomata por quarenta presos, hoje porém devemos corrigir este numero que na verdade eram quarenta e quatro presos, uma vez que quatro deles eram as crianças já citadas:

“Nós fomos fichados, tiraram uma série de fotografias, tiraram as digitais. Depois ficamos sabendo que estávamos saindo do Brasil[...] fomos fichados como terroristas. Não somos nós que estamos dizendo isso. São os documentos do DOPS que diziam que éramos terroristas.” (ALESP, 2014, 136).

Luiz Carlos Max Nascimento conta que ele e seus companheiros mirins foram igualmente tratados aos outros militantes, foram fichados e taxados como terroristas, apesar da pouca idade. Com a necessidade de retirada dos quarenta e quatro presos do Brasil o Dops comete o erro de produzir o que hoje é prova cabal do ufanismo histórico anticomunista do regime.

As condições no cárcere nem sempre eram as ideais, muitos dos casos avaliados mostram situações que fere a dignidade humana destas crianças, como o caso dos irmãos Arantes que enquanto presos tiveram uma serie de complicações no âmbito de sua saúde. Os irmãos Arantes junto com sua mãe enfrentaram uma verdadeira odisseia, e enquanto estiveram presos em órgãos do governo que serviriam de entreposto para onde mais tarde eles seriam definitivamente postados, as crianças desenvolveram uma série de doenças. Já em dependência assemelhada as condições de higiene eram péssimas, as crianças dividiam o espaço com ratos, como nos conta maria auxiliadora:

“Os dias pareciam intermináveis. Não sabíamos o que fazer com as crianças. Só podíamos sair do quartopor quinze minutos para as refeições. Conseguimos licença para um banho de sol, depois das 16 horas. Nesta hora, o pátio de descarte do hospital não recebia mais o sol, apenas um fachofugidío que caía sobreos degraus da escada, onde as crianças ficavam sentadinhas, vendo ratosenormes brincarem de entrar esair pelos restos de pernas e braços de gesso, entre curativosusados, caixas vazias, bandagens, cacos devidro, tudo jogado no meio de um mato que crescia. A gente dizia para as crianças que os ratos eram osprimos do Jerry dos desenhos animados. Mesmo assim, com as energias recuperadas, não conseguimos cansá-los.” (ALESP, 2014, 34-35).

Ficou claro para nós que não havia salas ou locais preparados para receber estas crianças, quase que sempre eles eram alocados em lugares improvisados, em alguns

casos ficavam em salas que foram preparadas para os militantes de esquerda em outros eram mandados para lugares que quase sempre não conseguimos definir quais eram pela escassez de informações. Por fim várias destas crianças eram mandadas ao juizado de menores onde permaneceriam até que fosse decidido seus destinos.

Dentro dos órgãos de repressão estas crianças passaram a presenciar dos mais diversos momentos, ao avaliar nossa documentação foi possível concluir que a estadia nestes lugares quase que sempre envolviam maus tratos ou sevícias. Antes de mais nada é preciso entender que a tortura é um modelo de maus tratos que tem uma finalidade bem definida no regime civil militar, a diferenciação entre maus tratos e tortura pode ser entendida como sendo maus tratos toda e qualquer ação que vise atingir negativamente o corpo ou mente de um indivíduo, enquanto a tortura além disto tem a função dentro do período de ser a ferramenta mais popular na busca por obtenção de informações, a tortura feita nos porões não serviam apenas como correção ou punição, ela na verdade obedecia uma lógica sistemática de busca por informações que possibilite a luta contra os grupos de esquerda.

Dentro dos casos é possível dizer que temos as duas modalidades, sendo os maus tratos físicos mais comum, junto a tortura psicológica. O garoto Adilson em seu relato mostra que as crianças foram também alvos de tortura em busca de informações como podemos ver no trecho abaixo:

“E de vez em quando, acho que umas duas ou três vezes, a polícia veio me buscar para me levar na casa novamente. Aquilo era massacrante para mim. Eu tinha estado ali uma pequena parte da minha infância. Cheguei lá e vi toda a casa revirada. A poça de sangue do meu pai ainda estava ali. E eles queriam que eu desse conta de um buraco de lixo que nós tínhamos num canto da casa. Eles consideravam que talvez tivessem armas ali e eles me bateram com a bainha de facão do meu pai para eu contar o que tinha naquele buraco. Como eu não sabia, chorei e acho que, talvez, eles deixaram de lado porque pensaram que de fato não sabia se havia alguma arma naquele local.” (ALESP, 2014, 88).

No trecho Adilson mostra que ele vai sofrer agressões para delatar onde havia armas na casa, e só após a possível percepção dos agentes de que o garoto de dez anos não saber de nada foi quando eles pareceram desistir. Já no caso de Carlos Alexandre Azevedo²⁴ temos uma ideia das motivações e das circunstâncias dos maus tratos:

“Como eu não chegava, levaram a criança e a babá para o DOPS. Ambos ficaram sem se alimentar, sem água, sem nada, por um bom tempo. Para minha surpresa, vi que na boca do meu filho havia um corte lateral. A menina me contou que [os policiais que] estavam em casa falaram: “Cadê a sua mãe? Sua mãe não está aqui nem pra te alimentar”. O menino começou a chorar de fome. Então os policiais deram um tapa muito forte que cortou a boca da criança.” (ALESP, 2014, 301).

Neste caso o bebê de menos de dois anos sofreu com uma agressão que foi capaz de deixar marcas tão visíveis que a mãe logo pode perceber. Porém a marca mais forte

²⁴ Filho de Darcy Andozia e Dermi Azevedo, nascido em 1972 e preso em 02/1974 aos 1 anos e 7 meses.

nos relatos é das torturas psicológicas sofridas por estas crianças, muitos dos casos pareciam apenas fazer escarnio como nos conta Ernesto José de Carvalho:

“Eu e meu irmão assistimos a tudo e em seguida fomos levados para a OBAN. Chegando lá, tem um detalhe dolorido, mas importante de se falar, porque dá um pouco a dimensão não só da violência física, mas também moral. Alguns policiais estavam usando os objetos pessoais do meu pai, como uma jaqueta e um relógio.” (ALESP, 2014, 171).

É preciso sempre lembrar que o presente trabalho lida com uma média de idade bastante baixa, o caso avaliado onde temos a criança mais velha, tem 10 anos, a percepção do uso dos pertences do pai teria sido um forte golpe para qualquer pessoa, se pensarmos então na faixa de idade tal ato se torna ainda mais grave, Maria Amélia de Almeida Teles militante do PCdoB conta que no Doi-Codi de São Paulo seus filhos sofreram torturas psicológicas, torturas essa que ela credita a o então Major Alberto Brilhante Ustra²⁵. Outra modalidade que sem dúvida foi uma das mais presentes foi a de levar estas crianças a presença ou dos pais já passados pelas salas de tortura, ou em casos ainda mais extremos levá-los a assistir a tortura de seus pais.

Estes casos receberam o devido destaque logo em seguida quando discutimos a forma como os agentes instrumentalizaram estas crianças, o que podemos perceber é que a prática cruel de expor estas crianças a situações degradantes chegaram a tais níveis que muitos deles carregaram as cicatrizes dessas dores por toda vida, Carlos Alexandre nunca se recuperou, adquiriu Depressão e fobia social por fim acabou por tirar sua própria vida, crianças como Irineu Akselrud de Seixas²⁶ teve mudança brusca de comportamento assim como vários que tivemos contato a partir de seus relatos, casos como o de Ernesto Carlos dias do Nascimento, o Ernestinho teve dificuldades de ressocialização e teve incapacidade de gerir eficientemente suas necessidades fisiológicas chegando até muito tarde ainda fazendo suas necessidades nas roupas.

O uso mais corriqueiro e sistemático destas crianças enquanto presas foi a de por meio delas buscar persuadir seus pais e parentes a entregar as informações que o regime esperava. Muitos casos em que alguns aqui serão relatados mostram o uso sistemático destes meninos no processo de obtenção da informação. Damaris de Oliveira conta que recebeu ameaças de que os agentes matariam os seus filhos, em alguns casos havia apenas o interesse sádico de produzir dor e tristeza ameaçando os filhos como no caso da nascida em cativeiro Leta Vieira que na ocasião do seu nascimento foi cercada e ameaçada de morte várias vezes com a intenção de perturbar mentalmente sua mãe.

²⁵ Nascido 28 de julho de 1932- RS. Chefe do DOI-CODI entre 1970 a 1976, enquanto vivo recebeu 502 denúncias pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de SP.

²⁶“A partir disso, foi tudo muito confuso para ele. Ele conta que tinha a sensação de medo. Até a nossa prisão e a morte de meu pai, era uma criança bem-humorada, espirituosa e alegre.” Depoimento de Ireda Akselrud de Seixas mãe de Irineu.

O caso de André de Santa Cruz Leite²⁷ chama atenção pela perversidade e pelo qual longe os agentes foram capazes de ir para obter informações. O bebê André tinha apenas cinco meses, filho de Geraldo Leite e Rosalina de Santa Cruz Leite, o garoto ficou três dias sob o poder das forças armadas, ele ficou preso na sua casa sob a vigilância de soldados, dentro do que entendemos ser uma dependência policial assemelhada, o garoto além de receber ameaças por chorar foi usado como instrumento para retirar informações de seu tio Marcelo Santa Cruz:

“Meu irmão Marcelo Santa Cruz chegou ao apartamento três dias após a nossa prisão, ao tomar conhecimento do ocorrido, intercedeu para que André fosse entregue a um de nossos familiares. Para amedrontar e pressionar Marcelo, os policiais torturadores pegaram o André e ameaçaram jogá-lo pela janela.” (ALESP, 2014, 223).

Os agentes da repressão vão ameaçar jogar o bebê de apenas cinco anos da janela caso toda situação não saísse exatamente como eles esperavam, Carmen Sumi Nakuso de Souza diz que foi usada como ferramenta para extrair informações de seus pais, ainda no caso de Carmen sua mãe recebia ameaças de que sua filha seria mandada para adoção em outro país aumentando assim a angústia vivida no cárcere:

“A Grande tortura que eles sofreram foi saber que eu estava lá dentro, e constantemente, assim é com ameaças de que eu ia ser deportada, sabe, que eles me mandaram para a Argentina, que tinha uma família na Argentina querendo adotar”²⁸

Porém de todos os casos dois chamam mais atenção pela riqueza de detalhes que foi possível acessar, o primeiro do pequeno Ernestinho, tendo apenas 2 anos de idade, e dos irmãos Teles, Edson e Janaina que tinham respectivamente 4 e 5 anos. Ernesto foi preso em 18/05/1970 na cidade de Vila Formosa, ficou preso na Oban por 29 dias. Neste período que passou lá foi levado por diversas vezes a sala de tortura para ver os pais serem torturados como ele diz em seu depoimento: “No dia 18 de maio de 1970 fui preso em São Paulo, com minha mãe. Eu tinha apenas 2 anos de idade. Fomos levados para a Oban, onde meu pai foi torturado na minha frente.” (INFÂNCIA ROUBADA, 2014).

“Antes de eu descer do pau de arara, minha companheira chegou com meu filho. Este filho assistiu a parte da tortura. Em seguida, puseram minha companheira no pau de arara, tomando choque em todas as partes do corpo, inclusive nas partes íntimas. Na minha presença. Só para eu falar alguma coisa”, relatou Manoel. Chorando muito, Jovelina testemunhou: “Ele [o filho Ernesto] dizia: ‘Não pode bater no papai. Não pode’. Para mim foi muito

²⁷ André é sobrinho de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, que até hoje conta como desaparecido mesmo com todo esforço inclusive do seu filho hoje atual presidente da OAB.

²⁸ Retirado da entrevista prestada a série jornalística “as crianças e a tortura” Episódio 01 Disponível

em: <https://www.youtube.com/watch?v=kRQdjfMdfts&list=PLxQHdzWmsjy8Q3IXp7YcPJMygrFW4jKZE&index=3&t=0s> Acessado em: 10/11/2019 às 21:17

duro. Batiam muito em mim, mas não me perguntavam nada porque sabiam que eu não tinha participação nenhuma”; (ALESP, 2014, 144).

Na ocasião todo o processo de tortura vai se passar na frente da criança na intenção da exposição influenciar os pais a se renderem e contar tudo que eles sabiam, as memórias vivas da mãe sobre a reação do pequeno Ernestinho traz tons mais dramáticos a história que mostra de forma explícita a instrumentalização, Ernesto conta em seu depoimento:

“Fui mantido lá como qualquer outro preso político e me levaram diversas vezes às seções de tortura para ver meu pai preso no pau de arara. Para o fazerem falar, simulavam me torturar com uma corda, na sala ao lado, separados apenas por um biombo.” (ALESP, 2014, 139).

Eram feitas simulações de sessões de tortura com o Ernesto com a intenção extrair com mais facilidade informações que os agentes julgavam pertinentes, os dois casos aqui escolhidos para ganhar um pouco mais de foco, mostram de forma clara que as crianças presas no cárcere foram instrumentalizadas para obterem-se mais informações, para os agentes estas crianças eram *sine qua non* no sucesso da obtenção de informações dos seus pais.

A nossa análise neste momento do caso dos irmãos Teles começa no momento em que eles visitam seus pais após sessões de tortura:

“Algumas cenas são descritas pelos meus pais ou pela Jana, mas eu me lembro claramente de corpos torturados, marcados, roxeados, machucados. E a cena que mais me ficou presente foi o meu primeiro contato com a minha mãe. Parece que eu estava de costas para a janelinha de uma cela ou de um portão que tinha uma janelinha. Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado.” (ALESP, 2014, 257).

“E me causou um forte estranhamento porque eu pensei: “Quem é esta pessoa que tem a voz da minha mãe? Mais do que a voz, tem o jeito de se comunicar comigo que eu reconheço claramente, mas não é a minha mãe”.” (ALESP, 2014, 257).

“Por exemplo, eu perguntei para o meu pai: “Por que você está roxo, verde? Por que você está tão marcado assim? “O fato é que nós fomos levados para a presença dos pais torturados. E isso foi usado para que eles falassem e os militares obtivessem informações. Havia todo tipo de ameaças: “Vamos matar os seus filhos, vamos sequestrá-los”. E isso evidentemente era uma possibilidade grande ali.” (ALESP, 2014, 257).

No relato do menino Edson é possível perceber que a presença do menino teria a intenção de constranger a todos dentro recinto, graças as torturas sofridas o menino se torna incapaz de reconhecer seus progenitores, isso com certeza gera um forte incomodo na situação, toda a cena parece ser arquitetada para sensibilizar e se possível amolecer os pais do garoto. Janaina irmã de Edson completa a cena com sua memória:

“Antes, eu fora levada para a cela onde minha mãe estava sendo torturada, eu a vi na cadeira do dragão. Mas não me lembro disso. Só me recordo de ter

ficado muito chocada e de abraçá-los, beijá-los e, mesmo assim, eles não conseguiam se mexer. Depois de muitos anos, senti-me culpada por não conseguir lembrar-me dessas coisas direito. Isso me atormentava um pouco. Depois, fui entendendo que isso era uma autoproteção e que não havia como lembrar de fatos tão dolorosos.” (ALESP, 2014, 261).

A lembrança da menina sobre a cadeira do dragão nos faz pensar que os Irmãos Teles foram em alguns momentos expostos as cenas de tortura também, sua mãe parece conseguir elucidar ainda mais os ocorridos, que segundo ela no dia 29 de setembro de 1972, onde eles foram trazidos sobre a mira dos fuzis e ameaças até o Doi-Codi e lá:

“Meus filhos Janaína e Edson foram usados pelos bárbaros e boçais opressores, como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo tempo os “militares” diziam a mim e ao César que nossas crianças também seriam torturadas e mortas.” (ALESP, 2014, 269).

As crianças foram não só armas usadas pelo regime como também foram vítimas dele, a visão de seus pais torturados e feridos causava sempre forte impacto nestes meninos e meninas, estas torturas psicológicas parecem terem sido bastante dolorosas para estes garotos e garotas. Por fim gostaria de terminar o presente trabalho com duas citações de Maria Amélia de Almeida Teles:

“Era muito doloroso para mim e para o César saber que nossas crianças eram obrigadas não só a assistir os horrores das torturas cometidos nos porões da ditadura contra os pais e contra todos os presos políticos, mas também eram obrigadas a ficar confinadas/presas numa delegacia de polícia atípica, que serviu de aparelho político repressor” (ALESP, 2014, 269).

“Ora, naquele período e hoje mais ainda é sobejamente sabido que na sede do DOI-CODI, era um local utilizado pela polícia política da época para a prática de torturas, das quais não apenas eu e meu companheiro fomos vítimas, o que por si só é uma crueldade inominável, que se amplifica ao absurdo quando se trata também de crianças, como foi o caso de meus filhos Janaína e Edson.” (ALESP, 2014, 269).

Considerações finais

Podemos concluir que o Regime ditatória Brasileiro vai prender estas crianças e oferecer a elas o mesmo tratamento que era logrado a qualquer opositor enxergado como subversivo pelo regime. A brutalidade marcou todos os casos estudados, foram maus tratos, torturas físicas e sobretudo torturas mentais, a ditadura não mediu esforços para chegar até seus objetivos a ponto de instrumentalizar crianças em busca de conseguir informações ou de arrancar informações de terceiros a partir da dor destes pequenos. Por fim podemos falar de uma ditadura que não foi branda, mas que apesar de ainda chaga aberta na história brasileira, precisa ser lembrada.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (Homo Sacer – Il Potere Sovrano e la nuda vita).

ARGOLO, José Amaral, **Dos Cartéis à Espionagem: Caminhos e desvios do poder militar**, Rio de Janeiro: Mauad. 2004

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 3ªed. Petrópolis: vozes, 1985

ASIS, Chico et al. **Onde está meu filho?**. Recife: Cepe, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA, **Infância Roubada**, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

BRASIL. Ato Institucional nº. 1, de 9 abril 1964. **Lex**: Coleção de leis do Brasil, v 3, 1964, p 11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Visto em: 12/11/19 as 06:00.

BRASIL. Ato Institucional nº. 2, 27 de outubro de 1965 **Lex**: Coleção de leis do Brasil, v 3, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Visto em: 12/11/19 as 00:07.

BRASIL. Ato Institucional nº. 3, 07 de fevereiro de 1966 **Lex**: Coleção de leis do Brasil, v 3, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm Visto em: 12/11/19 as 00:08.

BRASIL. Ato Institucional nº. 4, 07 de dezembro de 1966 **Lex**: Coleção de leis do Brasil, v 3, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm Visto em 12/11/19 as 09:00

BRASIL. Ato Institucional nº. 5, 13 de dezembro de 1968 **Lex**: Coleção de leis do Brasil, v 3, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Visto em 12/11/19 as 00:10

BRASIL. Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Coleção de Leis do Brasil - 1964, Página 303 Vol. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em: 12/11/2019 as 00:02.

CARDOSO, Luisa Rita Cardoso. **Não sei e não quero saber: tortura e infância na ditadura civil militar brasileira.** Florianópolis, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015

CUNHA, Daize da Silva Cunha, **Filhos desta raça não devem nascer: História e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As crianças e a Tortura”.** Jacobina, Monografia, Universidade Estadual da Bahia. 2018

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Por uma genealogia do poder; organização tradução de Roberto Machado. 13a ed. Rio de Janeiro: graal., 1998

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão;** tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Samarone. **Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do estado.** São Paulo: Boitempo, 1999.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Direito à memória e à verdade.** Brasília, Secretaria especial de direitos humanos. 2009

SOUZA, Percival, **Autópsia do Medo,** vida e morte do delegado Sergio Paranhos Fleury, São Paulo, Globo, 2000.

TELES, Janaina. **Mortos e desaparecidos políticos, reparação ou impunidade?.** 2ªed. São Paulo: FFLCH/USP, 2001

APÊNDICE

Diretrizes para Autores da Revista Brasileira Multidisciplinar

Os trabalhos deverão ser enquadrados em uma das seguintes modalidades:

- a) Artigos originais: trabalhos inéditos de pesquisa científica com no máximo 25 páginas, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Artigos de revisão: estudo aprofundado sobre um tema específico, uma avaliação crítica e objetiva do estado da arte e a discussão necessária para o avanço do conhecimento sobre o tema. Deverão ter no máximo 35 páginas;
- c) Artigos de divulgação: sínteses de conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação de bibliografia pertinente, com no máximo 25 páginas;
- d) Comunicações breves: resultados preliminares de pesquisa, com no máximo 15 páginas, incluindo figuras, tabelas e referências;
- e) Resenhas ou análise crítica de livros: máximo 5 páginas;
- f) O texto está escrito em português, inglês ou espanhol. (Em qualquer desses casos deve conter um resumo e palavras-chave em português e em inglês).

PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS

As submissões dos manuscritos deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Os textos deverão ser digitados em Word, com espaçamento 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- b) Título do manuscrito e autores (nome completo por extenso e filiação acadêmica). Indicar o autor para correspondência e o endereço eletrônico de todos os autores;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, cada um deles em um único parágrafo (com no máximo 250 palavras com espaçamento simples entre linhas), de modo claro e conciso, contendo: objetivo, procedimentos metodológicos, resultados e conclusões, acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês. O título em inglês deverá ser inserido acima do abstract.
- d) Quadros, figuras e tabelas (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numerados sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda, bem como ser referenciados no corpo do texto. Deverão ser encaminhados no próprio texto, na localização em que se pretende que apareçam na publicação (imagens em arquivos formato jpg e/ou tif, com resolução de 300 dpi).

f) Os artigos referentes a pesquisas envolvendo seres humanos e animais deverão ser acompanhados de uma cópia do parecer emitido por um Comitê de Ética em Pesquisa aprovando o desenvolvimento da pesquisa;

g) Os manuscritos deverão conter, de modo geral: introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusão, agradecimentos e referências. Recomendase evitar a subdivisão do texto em um grande número de subtítulos ou itens.

h) As referências deverão ser indicadas no texto pelo sistema autor-data, e elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. Título em destaque: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série). Edição do livro: - se for em português colocar: 2. ed. - se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo: AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título do livro em destaque**. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte. Único autor para o livro todo.

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. Título do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte. 3) ARTIGO DE PERIÓDICO SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em destaque, v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em destaque, v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. Título do jornal em destaque, cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. Título em destaque: subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) – Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados) AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (Anais, proceedings, etc. em destaque), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. Título da norma em destaque: subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) Documento eletrônico Acrescentar: Disponível em: . Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

Os manuscritos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Declaração de Direito Autoral

O(s) autor(es) autoriza(m) a publicação do artigo na revista;

- O(s) autor(es) garante(m) que a contribuição é original e inédita e que não está em processo de avaliação em outra(s) revista(s);
- A revista não se responsabiliza pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);
- É reservado aos editores o direito de proceder ajustes textuais e de adequação do artigo às normas da publicação.

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a **Licença Creative Commons Attribution**, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar

em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho *online* (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre) em <http://opcit.eprints.org/oacitation-biblio.html>

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.